



21 de Maio de 2015

EM DIA

FAÇANHAS PARA NÃO SERVIR DE MODELO



PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS

Os economistas costumamos frisar como determinantes do investimento variáveis manipuladas pela política econômica, como juros, câmbio e salários, mas com frequência subestimamos o ambiente institucional. Creio que este, hoje, é fator preponderante para explicar o baixo crescimento.

Em entrevista a ZH, a Secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, interinamente na presidência da Fepam, registra 12 mil processos na instituição aguardando despacho e propõe inverter a lógica que prioriza os licenciamentos em detrimento da fiscalização. Ana Pellini é profissional reconhecida por sua competência e capacidade de trabalho e sabe das consequências para o Estado e seus cidadãos da morosidade: afeta negativamente investimentos, impostos, emprego, endividamento e gastos sociais. Cabe ressaltar, todavia, sua coragem: quem ousa levantar a questão é visto como conivente com a degradação do ambiente ou avesso a controles públicos e passa por inimigo da natureza, como se a demora fosse inerente ao trabalho bem feito.

O problema, todavia, não se restringe à área ambiental, nem mesmo ao RS. É tendência nacional, com órgãos que se sobrepõem e não dialogam entre si (veja a segurança), e com o agravante da baixa produtividade na execução das obras, arrastadas

por longo tempo. Que fique claro que não falo apenas de investimentos privados, mas o próprio setor público é vítima. Se os provérbios expressam consciência coletiva e não se difundem sem razões muito precisas, de onde sairia a afirmação “por que simplificar, se se pode complicar”?

Chegamos ao temido por Hannah Arendt com relação ao mal: internalizar como normal o absurdo.

Mas é indubitável que em nosso Estado o problema somou-se a uma cultura local que o potencializou. Os exemplos são infindáveis: a ampliação da pista do Salgado Filho, a revitalização da orla do Guaíba, a nova ponte, as restaurações do Cinema Capitólio e da Biblioteca Pública, o metrô, a destinação da antiga Confeitaria Rocco, as obras nas ruas e praças (meses para consertar cada bloco de três quarteirões da Protásio Alves) etc. A demora é tanta que os projetos ficam com orçamentos desatualizados, licenças vencem, aditivos são exigidos, contratos prescrevem, multas são acionadas. E tudo volta à estaca zero sem que haja responsáveis ou mesmo indignação. Chegamos ao temido por Hannah Arendt com relação ao mal: internalizar como normal o absurdo.

São façanhas que não devem servir de modelo a toda Terra.